

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O QUE FAZER PARA GARANTIR A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA

**YOUTH AND ADULT EDUCATION: WHAT TO DO TO ENSURE THE
INCLUSION AND PERMANENCE OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS IN
SCHOOL**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 09/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791519542](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791519542)

Antonio Ari de Souza Vieira¹

RESUMO

O presente trabalho aborda um estudo bibliográfico sobre Educação de Jovens e Adultos: inserção e permanência de jovens e adultos na escola, uma vez que é um tema pertinente que envolve diversos fatores sociais, econômicos e educacionais. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que visa oferecer oportunidade para quem não teve acesso à educação na idade certa, entretanto vem sendo um dos desafios da educação pela falta de motivação, dificuldade financeira e responsabilidades familiares, sendo assim, necessário uma abordagem multifacetada como políticas públicas voltadas ao apoio a essa modalidade, ações motivacionais e currículo contextualizado com abordagem de temas do cotidiano, ou seja, um ação pedagógica que valorize as experiências dos alunos. Na metodologia foi realizada a revisão bibliográfica e para fundamentar o referencial teórico foram estudados autores Freire, Arroyo, Haddad, Di Pierro, Gadotti entre autores que foram considerados de suma importância que evidenciam o percurso da EJA como promoção de oportunidades e a redução das desigualdades sociais através da educação. Além disso, a fundamentação teórica desse trabalho é baseada em estudos anteriores, que forneceram subsídios para realização da dissertação. Sendo a educação um direito fundamental e uma ferramenta para promoção da cidadania, do desenvolvimento pessoal, além de habilidades e competências necessárias para o mercado de trabalho. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar metodologias de ensino em outras literaturas que possibilitam a inserção e permanência dos jovens e adultos no âmbito escolar estudando a evasão escolar e falta de motivação, bem como as perspectivas para superá-las.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); inserção; permanência; metodologias de ensino; perspectivas.

ABSTRACT

This work presents a bibliographic study on Youth and Adult Education: the inclusion and retention of young people and adults in school, as it is a relevant topic involving various social, economic, and educational factors. Youth and Adult Education (EJA) is a teaching modality that aims to offer opportunities to those who did not have access to education at the appropriate age; however, it has been one of the challenges of education due to lack of motivation, financial difficulties, and family responsibilities. Therefore, a multifaceted approach is necessary, including public policies aimed at supporting this modality, motivational actions, and a contextualized curriculum addressing everyday themes—that is, a pedagogical action that values students' experiences. The methodology involved a bibliographic review, and to support the theoretical framework, authors such as Freire, Arroyo, Haddad, Di Pierro, and Gadotti, among others, were studied. These authors were considered of paramount importance in highlighting the trajectory of EJA as a promoter of opportunities and a reduction of social inequalities through this education. Furthermore, the theoretical foundation of this work is based on previous studies that provided support for the dissertation. Since education is a fundamental right and a tool for promoting citizenship, personal development, and the skills and competencies necessary for the job market, the objective of this work is to analyze teaching methodologies in other literature that enable the inclusion and retention of young people and adults in the school environment, studying school dropout and lack of motivation, as well as perspectives for overcoming them.

Keywords: Adult Education (EJA); inclusion; retention; teaching methodologies; perspectives.

1. INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é uma abordagem de suma importância nos tempos hodiernos, uma vez que oferece oportunidades para pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades, contribuindo para redução das desigualdades sociais e econômicas. Ou seja, a participação do jovens e adultos de forma ativa, é fundamental para a construção de sociedades resilientes, inovadoras e inclusivas, pois sem sombra de dúvidas, carregam aspirações, habilidades e perspectivas que impulsionam o desenvolvimento sustentável e a transformação social. (UNESCO, 2021) A garantia e permanência a educação de jovens e adultos na educação contemporânea enfrenta desafios significativos, incluindo evasão escolar e falta de políticas públicas específicas e eficazes para atender às necessidades dessa modalidade.

Cabe ressaltar que é através dessa modalidade que terão uma nova oportunidade de estudar, e que por meio dessa chance os alunos têm a garantia de resgatar seus direitos educacionais, por ser a EJA uma poderosa ferramenta de combate à exclusão social e a pobreza, ou seja, (Freire,2020), afirma que a educação de jovens e adultos representa uma oportunidade concreta de combater a exclusão social e a pobreza, na proporção que empodera indivíduos com conhecimentos, habilidades e senso crítico, permitindo-lhes conquistar direitos e condições dignas de vida.

"A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à educação para toda a população. Posteriormente, em 1990, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada na Conferência de Jomtien, na Tailândia, reforçou esse compromisso global, proclamando o acesso universal à educação como prioridade e impulsionando políticas públicas para promover a igualdade de oportunidades em todo o

mundo." Considerando também os indivíduos que não tiveram acesso à educação formal na idade apropriada, durante a infância ou adolescência.

Nesse contexto, percebe-se que a educação de jovens e adultos se torna um campo de práticas e reflexão no que concerne escolarização, qualificação e profissionalização. Sendo essencial para o desenvolvimento individual e coletivo, na pretensão de promover uma sociedade mais justa e igualitária. (Freire,1996), afirma que o ato de educar não é apenas transmitir conhecimentos, porém vai muito além disso, pois possibilita a produção ou a construção do saber, por meio de práticas reflexivas capazes de valorizar a autonomia e a criticidade dos sujeitos.

Assim, segundo a UNESCO, a educação de jovens e adultos no âmbito escolar não é tarefa fácil, pois requer políticas públicas integradas, além da necessidade de formação docente e valorização da diversidade cultural e social (UNESCO,2021).

Nessas circunstâncias, (Salvani,2013) afirma que a garantia de acesso e permanência na escola é condição indispensável para combater a desigualdade social, pelo fato da educação de qualidade empoderar sujeitos e promover justiça e equidade. Além do impacto na qualidade de vida ,pois afeta negativamente as oportunidades de emprego, renda e qualidade de vida dos indivíduos que abandonam a escola, ou seja, impacta diretamente a empregabilidade, a renda e a saúde mental dos indivíduo, por isso, a necessidade de estudos e análise em literaturas nesse campo educacional, na pretensão também de subsidiar estratégias que garantam a inserção e permanência de jovens e adultos na escola, para evitar a

perpetuação de desigualdades sociais, de grupos vulneráveis tanto na questão educacional, quanto socioeconômica.(UNESCO,2021)

Sob esse viés, (Freire,1996) aponta a dificuldade de reinserção se torna perceptível, pois alunos que evadem da escola em busca de um emprego, ou um “bico” para ajudar no sustento familiar, acabam enfrentando dificuldades para retomar os estudos ou se inserir no mercado de trabalho por não ter completado os estudos escolares.

Freire, também afirma que a herança de um sistema educacional fragmentado perpetua desigualdades sociais, ou seja, considerando as desigualdades históricas e as barreiras que muitos enfrentam para acessar e concluir a educação básica, limitando a permanência e conclusão escolar de jovens e adultos em contextos de vulnerabilidade. São, portanto, problemas que afetam não apenas os indivíduos, mas também o desenvolvimento socioeconômico do país.

A escolha da área de estudo se justifica pela relevância da garantia do direito a educação para todos, como direito fundamental, e compreender que a garantia do acesso e permanência na escola é um fator essencial para promoção a cidadania e a inclusão social, uma vez que a educação pode transformar vidas, aumentando a autoestima, a confiança e as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, consequentemente reduzindo desigualdades. (UNESCO,2021).

Além disso, a educação pode melhorar a qualidade de vida, aumentando as chances de emprego, renda e participação cívica, e sem sombras de dúvidas, contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do país, pois pode aumentar a

produtividade, a competitividade e a inovação. Justifica-se que entender as barreiras que impedem o acesso e permanência na escola se faz emergente. Criar estratégias para superar essas barreiras e garantir a permanência deve ser um trabalho constante na promoção da inclusão e a diversidade no âmbito escolar.

A relevância desse trabalho reside no fato de que a evasão escolar é uma questão crítica nas escolas públicas brasileiras, tornando-se essencial que essa problemática seja investigada de forma aprofundada pela comunidade acadêmica. Dessa forma o objetivo desse estudo é analisar os fatores que contribuem para a falta de motivação ou desinteresse em prosseguir com os estudos na Educação Básica, especialmente no Ensino Fundamental/Médio e subsidiar estratégias que contribuam para inserção e permanência do público-alvo da EJA nos bancos escolares a fim de possibilitar a aprendizagem significativas para este público que por algum motivo tiveram que interromper seus estudos.

Em suma, trabalhar a problematização, inserção e garantia da permanência dos jovens e adultos na escola é essencial para promover a educação como um direito fundamental e transformar vidas. Além disso, é fundamental que governos, educadores e comunidades trabalhem juntos para garantir a inserção e permanência de jovens e adultos na escola, oferecendo oportunidades de educação de qualidade e inclusiva.

(UNESCO,2021).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Analisar os fatores que influenciam a permanência de jovens e adultos na educação de jovens e adultos (EJA), visando impulsionar políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino e identificar estratégias eficazes para promover a inclusão e o sucesso educacional, com ênfase no desenvolvimento integral e nas oportunidades de crescimento pessoal e profissional

2.2. Objetivos Específicos

- Impulsionar a implementação de políticas públicas eficazes para educação de jovens e adultos (EJA), garantindo acesso, permanência e conclusão com qualidade;
- Incentivar a viabilização de formação continuada para professores, com foco em metodologias inovadoras e práticas pedagógicas adequada;
- Possibilitar atividades extracurriculares (culturais, esportivas, profissionais) que desenvolva a interação e habilidades de aprendizagem, relacionando a atividade laboral da clientela da modalidade de ensino EJA;
- Proporcionar uma reflexão sobre a importância da educação de jovens e adultos para qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho e garantir a igualdade de oportunidades, e combater as desigualdades sociais.

Logo, é fundamental repensar as políticas públicas para a educação de jovens e adultos, visando fortalecer a oferta de educação de qualidade com recursos adequados e professores capacitados, para atender às necessidades específicas desse público. (FREIRE,2020).

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. Breve Reflexão Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A educação de Jovens e adultos é uma modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade regular, ou seja uma forma de ensino que vem de lacunas do sistema educacional regular, “[...] turma composta por sujeitos de diversas idades, vindos de realidades diversas, com diversas trajetórias escolares [...]” (Souza; Reis, 2017).

É preciso repensar as necessidades dessa modalidade que com realidades diversas, muitas vezes ficam excluídos da sociedade e das oportunidades. Nesse sentido, a EJA e seus jovens-adultos participam da tensa negação do reconhecimento dos pobres, dos indígenas, mulheres, trabalhadores empobrecidos como sujeitos de direitos. Sujeitos não só do direito à escola, à educação, ao conhecimento, à cultura, mas da negação mais radical do reconhecimento como humanos, isto é, como não sujeitos de direitos humanos. Segundo Strelkov (2010), essa falta de atenção histórica resulta em dificuldades para realizar um trabalho seguro e eficaz na EJA, problema que persiste na atualidade. uma discussão sobre a EJA configura-se, por si, uma representação política que vai de encontro ao rebaixamento que a educação brasileira vem sofrendo. Arroyo, (2017). Assim, constata-se que a educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada por lutas, avanços pontuais e descontinuidades persistentes. Embora seja uma política pública reconhecida legalmente, ainda se faz emergente o investimento contínuo, de compromisso político estruturante e de

valorização como modalidade essencial para a garantia do direito à educação, como está previsto na CF/88 e na LDB.

Conforme a Resolução CNE/CEB nº1, de 2 de fevereiro de 2016, que define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade a distância, previsto na Base

Legal: LDB (Lei nº 9.394/1996), PNE (Lei nº 13.005/2014) e normas do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Art. 1º: A presente Resolução define Diretrizes Operacionais Nacionais para regulamentar a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos níveis do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade de Educação a Distância (EaD), em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.

As primeiras evidências no Brasil a respeito da modalidade de ensino para Educação de Jovens e Adultos (EJA) reporta-se durante o Período Colonial, com a articulação do trabalho de catequização dos Jesuítas. No Brasil Império, em 1876, surgem os primeiros registros do Ensino Noturno para adultos, intitulado de educação ou instrução popular. Com a Lei Saraiva, em 1882, proíbe-se o voto do analfabeto, momento em que se associa a escolarização à ascensão social e o analfabetismo à incapacidade e à incompetência (Gohn,2001).

Nesse contexto, subentende-se que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tem seu início desde a época do descobrimento, entretanto, o

reconhecimento do direito à educação dessa clientela surge em decorrência do processo de democratização entre os anos 1980 e 1990, onde aprofundavam os compromissos firmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, enfatizando a dignidade como uma das condições básicas da vida.

Entretanto, avaliativo em termos de quantidade, ganha destaque bem antes, com a expansão do sistema de ensino, mediante a “liga Brasileira contra o analfabetismo” (LBCA) nos anos 1910, que visavam a imediata eliminação do analfabetismo e para solucionar a questão do voto do analfabeto. “as ligas contra o analfabetismo” tiveram um papel importante na promoção do ensino primário e mobilização da sociedade contra o analfabetismo no Brasil. Foi uma organização civil fundada em 1915 com objetivo de combater o analfabetismo no Brasil (Nofuentes, 2005).

Ratificando essa afirmativa, de acordo com Di Pierro (2001), o otimismo pedagógico surge nos anos de 1920, mas o seu auge começa a partir de 1930, com o Movimento Escola Nova, quando o caráter qualitativo expressava um ar de otimização do ensino; momento de melhoria das condições didáticas e pedagógicas no âmbito escolar. Um movimento fundamental para promoção de reformas educacionais nos Estados a Educação de Jovens e Adultos. Em 1930, começa a delimitar seu lugar na História da Educação no Brasil, período que foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública.

O Plano Educacional Brasileiro vai se configurando com a difusão do Ensino Técnico-profissional em 1930, com o objetivo de preparar mão-de-obra qualificada para indústria e o comércio. Para combater

o analfabetismo, em 1932 é fundada a Cruzada Nacional de Educação para combater esse problema no Brasil. (DI Pierro, 2001).

Após a Segunda Guerra Mundial, as ações da UNESCO em combate ao analfabetismo articulam-se as ideias da democratização do pós-guerra, com o foco na educação fundamental universal e na cooperação internacional para erradicação do analfabetismo em escala global. Assim, surge a EJA no debate nacional na forma de campanhas de alfabetização (DI Pierro, 2001).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sua história marcada por exclusões e negação de direitos. É indubitável que essa modalidade sempre teve pouco apoio político e, mesmo em tempos hodiernos, não se ver políticas públicas eficazes voltadas para esse formato educacional, portanto, constante ameaça de extinção. É importante frisar que o processo de desenvolvimento e respeito que a EJA adquiriu é resultado de lutas, avanços, retrocessos, descobertas e, acima de tudo, muita persistência para coexistir e garantir a educação como direito de todos (Tamarozzi; Costa, 2008). Entretanto, a falta de estrutura adequada, a ausência de qualificação de professores, a falta de metodologias pedagógicas específicas, são fatores que dificultam o processo ensino aprendizagem dessa modalidade de ensino.

Nesse contexto, verifica-se que os alunos possuem diferentes níveis de aprendizagem, sendo assim, se faz necessário repensar sobre as diferentes ações pedagógicas, como forma de melhorar a fixação de conhecimento e uma aprendizagem significativa dos alunos, possibilitando ao professor a oportunidade de envolver alunos com variados estilos de aprendizagem (Marcondes et al.,2015).

Percebe-se também que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passa por um contraditório momento no Brasil. A ausência e indefinições de políticas públicas eficazes, além da falta de cumprimento das funções reparadora, equalizadora e qualificadora faz essa modalidade de ensino conviver com retrocessos constantes (BRASIL, 2000). Na verdade, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil chega à década de 90 emergindo reformulações pedagógicas.

De acordo com a Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, em seu Capitulo II, seção V, reforça que a educação deve ser gratuita, e que a obrigatoriedade de oferta deve ser para todos aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria. Logo:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria

1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

No âmbito das políticas governamentais, percebe-se um grande passo quando a educação de jovens e adultos, entretanto muito

ainda a ser feito por essa modalidade de ensino que precisa de uma atenção mais especial na finalidade de diminuir a desigualdade social e também garantir a educação para todos, como enunciado na declaração Mundial sobre Educação para todos (Jomtien,1990) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da agenda 2030 da ONU, que considera por “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade ”. Ademais, no Brasil, a Constituição Federal de 1988, que designa a Educação como

“direito de todos” no artigo 205, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Segundo Lopes e Amorim (2018) a educação é um ato inacabado uma vez que somos seres inconclusos e, constantemente, estamos ensinando e aprendendo ao mesmo tempo. Só ensina e aprende quem está aberto ao outro e, conseqüentemente, ao diálogo; e não por haver diálogo pautado na superioridade de um sobre o outro.

3.1.1. Difusão da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos tem uma longa história e sua origem foi percebida muito mais como produto para o combate da miséria social do que como desenvolvimento, fator esse, que acabam por interferir no aproveitamento da escolaridade na época apropriada (Haddad, 1994).

Em 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil, surge uma forte influência nas relações sociais principalmente no que diz respeito ao modo de vida e à educação. A educação passou a ser destinada apenas à elite. Segundo Souza (2011), “a população pobre era a mais atingida pela falta de acesso à escola; as mulheres mais pobres não recebiam instrução, enquanto as da elite recebiam educação em

suas casas”. Observa-se rumos para uma desigualdade social e excludente, ou seja, percebe-se que a história da educação brasileira foi construída sobre pilares de exclusão sistêmica. Desde o período colonial até o Brasil contemporâneo, negros, negras, mulheres, pessoas pobres e indígenas, excluídos do acesso pleno e equitativo a educação formal.

Conforme Piletti (1988), a necessidade de trabalhadores para atender a corte real, implantou-se a alfabetização de adultos, criando um movimento de relativa

“elitização”, ou seja, apenas para os trabalhadores da corte. Afirma ainda que “a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da Igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa”. Além disso, menciona que a visão em relação ao analfabeto adulto era de ignorante e incapaz, e o objetivo da alfabetização era “civilizá-los”. Ainda não se tinha um pensamento voltado a educação de forma integral, mas apenas para atender necessidades da realeza.

Segundo Paiva (2000), “o colégio e a universidade, nesse tempo, eram destinados a pouca gente”, e “há que se buscar na história portuguesa e no seu desdobramento em terras brasileiras o lugar que a escola ocupou na organização social”. Educação essa que não era para todos. Percebe-se que a educação já tinha suas falhas e beneficiava alguns e excluía outros.

Para Arroyo (2005), “os sujeitos da EJA são sobreviventes de um processo de exclusão que os impediu de estudar na idade considerada 'normal.’” (Arroyo 2005). Assim, pensar em educação de jovens e adultos, era pensar também nessa clientela excluída da

sociedade, sem voz e sem oportunidade. Desafios constante no processo educacional de lutas de igualdade e oportunidade, conforme está na constituição promulgada em 5 de outubro de 1988.

Arroyo, afirma ainda que "A EJA abriga sujeitos que tiveram suas histórias educativas violentadas por uma lógica seletiva e excludente da escola tradicional." (Freire,2005, p. 26)

Ainda nesse pensamento, Souza (2011), afirma que a Constituição de 1824 não fazia restrição ao voto do analfabeto, embora excluísse a maioria da população do processo eleitoral, pois só poderiam votar pessoas selecionadas de acordo com seus rendimentos anuais. Segundo Paiva (1987), a Constituição de 1891 eliminou esse critério de seleção e passou a considerar a instrução escolar do eleitor.

Em 1827, foi implementado no Brasil o Método Mútuo ou Método Lancaster, com a lei de 15 de outubro. O objetivo desse método era alfabetizar rapidamente um grande número de pessoas. Segundo Cordioli (2011), a solução foi a adoção do Método Lancaster de ensino mútuo, pelo qual os estudantes ensinavam um grupo de dez estudantes em estágio menor de aprendizagem sob orientação de inspetores. O estudante "professor" era denominado decurião, que ensinava as decúrias.

No período do Primeiro Império (1822-1831), de acordo com a Constituição, a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos. Em 1827, foi instituída a Lei de Educação Primária e determinada a fundação de escolas de primeiras letras. De acordo com Cordioli (2011), durante o Governo Regencial (1834), as províncias passaram a ser responsáveis pelo Ensino Primário e

Secundário. Nesse período surge em Niterói a primeira Escola Normal do Brasil e, no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, que estabelecia as diretrizes para o Ensino Secundário.

Segundo Souza (2011), “o ato adicional de 1834 atribuía aos governos provinciais o tratamento das questões da educação fundamental das crianças e, por extensão, dos adultos”. Apesar de todas essas mudanças, as oligarquias econômicas locais não tinham interesse em alterar as condições de vida da população. Desse modo, as escolas de primeiras letras raramente foram efetivadas; muitas vezes a educação só ocorria nas residências de professores.

Segundo Souza (2011), “Os principais sujeitos da educação de adultos na primeira metade do século XX, eram migrantes de várias localidades do rural brasileiro, que se dirigiam para as cidades”. De acordo com a autora, permanecia uma ideologia de que o trabalhador rural não precisava de estudar, e que ele tinha somente de trabalhar no campo e, para isso, não havia necessidade de estudo.

Até a década de 1950, “o adulto que não sabia ler nem escrever era considerado deficiente e incapaz de aprender” (Kleiman, 2000). Nesse sentido, o próprio indivíduo tinha a culpa por não ter concluído os estudos em idade adequada. Uma visão errônea e equivocada, no que tanger inúmeros fatores que leva um jovem ou adulto de não possuir estudos, ora fatores socioeconômicos, interfamiliares entre outros.

Segundo Souza (2011), o analfabetismo era visto como causa do subdesenvolvimento do país. Não havia interesse em provocar rupturas para soluções dos reais problemas sociais, havia mais interesse em mudar as estatísticas do que garantir uma

aprendizagem significativa e integral. Pois, para mudar esse cenário, as autoridades políticas do país dedicaram atenção a essa parcela da população com o objetivo de ensiná-los apenas a decodificar a escrita, ou seja, não levavam em conta a experiência de vida desses sujeitos no processo de aprendizagem. Fato esse tão essencial para formação integral.

Percebe-se que a trajetória da Educação de Jovens e adultos no Brasil, não é uma tarefa fácil, mas sim, complexa. Sendo assim, registra-se qual a verdadeira finalidade de contribuir para a fundamentação dessa modalidade de educação no Brasil. A partir da década 1960, contexto em que grande parte da população de jovens e adultos não podiam exercer sua cidadania plena por serem analfabetos, sem direito a participar das eleições, numa tentativa de ampliar o direito a educação para toda população. Assim, Freire (2011) explica que: Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, "a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes". Nesse sentido, o analfabetismo passou a ser visto como fator gerador de desigualdade social. Contrariando assim, a transformação que se almeja na sociedade brasileira, que se busque condições de vida digna para todos, o que exige mudanças profundas da sociedade e da ação do Estado.

Conforme Souza: "as condições sociais e desigualdade social, somadas as frágeis políticas educacionais, integram o rol de fatores que contribuem para a existência de analfabetos" (Souza, 2011). Por fim, a educação para a diversidade tem o potencial de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social, além de reduzir conflitos (Smith, 2006).

Logo, A alfabetização não deve ser vista como um processo técnico de leitura e escrita, apenas, mas como um ato político que desperta o sujeito para sua condição de agente transformador. surge sujeitos políticos e sociais e o sujeito é aquele que atua, que age, que participa das decisões que o afetam, que luta para determinar quais são os seus direitos e exigir o que for necessário para que possa usufruí-los. Surgindo assim, políticas públicas para essa modalidade, mas políticas ainda frágeis diante da verdadeira necessidade da educação para todos. (FREIRE,1979).

Freire, (2020) afirma que “a educação é um ato político, e como tal, não pode ser neutra”. Gadotti, (2013) ver “a educação como um processo de humanização, de libertação, de conscientização, de transformação social” ...

Diante do exposto, conclui-se que o analfabetismo no Brasil é um desafio de enorme proporção, pois ele gera desigualdade social e problematização para os mais pobres e conseqüentemente para a economia brasileira. Para Gadotti (2011), “o analfabetismo é expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. [...]”. De fato, o analfabetismo, por ser fator gerador de desigualdade social, má distribuição de renda, reforçando assim a necessidade de políticas públicas eficazes para modalidade de ensino EJA.

3.1.2. Principais Marcos Legais e Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos

A legislação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem como base a Constituição Federal de 1988, que garante a oferta gratuita da educação básica para quem não acessou na idade apropriada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB -

Lei nº 9.394/96), em seu artigo 37, detalha que a EJA é para quem não teve acesso ou continuidade de estudos, e estabelece que os sistemas de ensino devem oferecer oportunidades educacionais adequadas, como cursos e exames. Normativos do Conselho Nacional de Educação (CNE) e outras leis complementam a estrutura, como a Resolução nº 1/2000 e as diretrizes operacionais mais recentes.

Sendo as principais leis e diretrizes:

- A Constituição Federal de 1988: Artigo 208, inciso I, que assegura a oferta gratuita da educação básica para quem não teve acesso na idade própria.

Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

“I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4(quatro) aos 17(dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;”

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96):
- Artigo 37: Define a EJA para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada.

Parágrafo 1º do Artigo 37: Determina que os sistemas de ensino garantirão oportunidades educacionais apropriadas, com base nas características e condições de vida do aluno.

Parágrafo 2º do Artigo 37: O poder público deve "viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola mediante ações integradas".

- Artigo 38: Prevê a oferta de exames supletivos para habilitação ao prosseguimento dos estudos.

Conselho Nacional de Educação (CNE):

Parecer nº 11/2000 e Resolução nº 1/2000: Estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA.

Resoluções nº 3/2010 e de 28 de maio de 2021: Detalham as diretrizes operacionais e a organização da modalidade.

Outras legislações e programas:

- Decreto nº 5.840/2006: Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).
- Lei nº 10.880/2004: Instituiu o Programa Brasil Alfabetizado.

Aspectos relevantes da legislação que deve ser refletido:

Gratuidade e obrigatoriedade: A oferta é gratuita, com a Constituição de 1988 garantindo o direito de acesso à educação básica para aqueles que não a acessaram na idade regular.

- Flexibilidade: A legislação busca adaptar o ensino às necessidades dos estudantes, considerando suas características, interesses, condições de vida e trabalho.

- Articulação com a educação profissional: O artigo 37, §3º da LDB, estabelece que a EJA deve se articular preferencialmente com a Educação Profissional.
- Exames supletivos: A LDB prevê a realização de exames supletivos para quem tem idade superior a 15 anos (ensino fundamental) e 18 anos (ensino médio).
- EJA a distância: Normativos mais recentes detalham a organização dos cursos EJA a distância, como a Resolução de 28 de maio de 2021, que complementa as diretrizes e articulação com a BNCC e a PNA.

A legislação da EJA (como é conhecida a Educação de Jovens e Adultos) tem como referências os seguintes documentos:

- A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegurou aos jovens e adulta o Direito Público Subjetivo ao Ensino Fundamental Público e Gratuito.
- A nova Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, que destaca a integração da EJA à Educação Básica - observada a sua especificidade. Garantiu a flexibilidade da organização do ensino básico, inclusive a aceleração de estudos e a avaliação de aprendizagens extraescolares entre outra estabeleceu as idades de 14 e 17 anos para o ensino fundamental e médio, além disso, diminuiu as idades mínimas dos participantes dos Exames Supletivos (15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio).

O Parecer nº11/2000 e a Resolução 01/2000 - ambos do Conselho Nacional de Educação, instrumentos que apresentam o novo

paradigma da EJA e sugerem: extinguir o uso da expressão supletivo; restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e contextualizar currículos e metodologias, obedecendo os princípios da Proporção, Equidade e Diferença; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Funções da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – reparadora, equalizadora e qualificadora – que foram definidas pelo Ministério da Educação (MEC), cujas, são mencionadas por Freire, (2002) em sua obra Pedagogia da autonomia, além de ser apresentadas em outros documentos oficiais, entre eles a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade (SECAD).
- Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negados – o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, porém não podemos confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos.
- Função equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços

das estéticas e nos canais de participação. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

- Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos

No que se refere a função da EJA, Função reparadora, Função equalizadora Função qualificadora, são destacadas por Freire, (2018) que defende uma educação que promova a conscientização, igualdade e capacitação, alinhando-se às funções reparadora (reconhecer o direito negado), equalizadora (equilibrar oportunidades) e qualificadora (formação para o trabalho e a vida, assim sendo:

- Reconhecer o direito à educação como direito humano fundamental, independentemente da idade ou do momento da vida em que o sujeito retorna à escola
- Garantir o acesso, permanência e aprendizagem significativa, respeitando as trajetórias de vida, os saberes construídos na experiência e os contextos socioculturais dos estudantes
- Valorizar a diversidade dos sujeitos da EJA, compreendendo suas especificidades e combatendo as múltiplas formas de

exclusão que os afetam - como o racismo, o machismo, o capacitismo e o preconceito etário

- Assegurar condições estruturais adequadas, como políticas públicas contínuas, financiamento, formação de professores e gestão democrática
- Construir práticas pedagógicas emancipatórias, centradas no diálogo, na leitura crítica da realidade e na formação para a participação cidadã, como defendido por Paulo Freire.

Somando e ratificando a afirmação supracitada, Freire (2006, p. 52), defende que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção.

Para Freire (1989), a educação popular no Brasil, desde o início de sua trajetória, tem como objetivo principal garantir o direito à educação. Esses princípios estão alinhados com os esforços dos movimentos de educação popular. Atualmente, a política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) se consolida como uma política pública de educação em expansão no país. Foi principalmente nas décadas de 1940, 1950 e 1960 que o movimento de educação popular ganhou força, refletindo as lutas pela educação como um direito fundamental. Essa ação educativa freiriana é inclusiva, de garantir o direito a educação, que até então parecia um sonho, e afirma que “O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz”.

Segundo Arroyo (2006), o desenvolvimento histórico da educação de jovens e adultos é marcado por tensões, crises e conflitos, em um contexto de interesses divergentes e frequentemente sem consenso. No entanto, essa história também está intrinsecamente ligada aos

movimentos de luta pela educação como um direito, especialmente no âmbito da educação formação, com destaque para as experiências significativas no Brasil. No campo da educação de adultos, o legado de Paulo Freire é fundamental, pois estabelece teorias e pensamentos que legitimaram rupturas de paradigmas fundamentais na maneira de pensar e fazer educação no Brasil.

Nesse mesmo pensamento, Brandão (1982) os projetos de educação popular entendido como um processo educacional ligado aos interesses dos setores populares que se faz a transformação da realidade, através de formação contínua. Assim, (Araujo et al.,2016) ressalta que; no contexto de crise global, questionaram-se saberes, valores, crença e a educação passou a ser a grande esperança no desafio de se encontrar a solução para os problemas da humanidade. Portanto, o final do século XX foi marcado por um período de mudanças educacionais com novos paradigmas, uma concepção de escola, valores, alunos, de ensino e de sociedade.

Havia uma preocupação geral com a educação das camadas populares, normalmente interpretada como instrução elementar das crianças (Haddad; DI Pierro, 2000). Para esses autores, as mudanças no processo educacional era visivelmente, pois junto a expansão industrial, expandia nas décadas de 30 e 40, intervenções e programas de alfabetização de adultos. Além disso, a sociedade brasileira lidava com mudanças na economia do país, mudança de um modelo agrário-rural, para um modelo industrial-urbano viabilizando a mão de obra qualificada e alfabetizada para a industrialização que crescia ainda mais e para expandir a base eleitoral, foram efetuadas ações no meio rural, com a finalidade de minimizar o analfabetismo, pois o analfabeto não exercia o direito ao

voto. Os autores supracitados, aborda a necessidade de políticas públicas voltadas para modalidade de ensino de EJA.

Segundo Di Pierro; Joia e Ribeiro (2001) afirmam que nos anos 40 foi que a educação de adultos passa a fazer parte da política educacional, dando ênfase a Campanha Nacional de Educação de Adultos, realizada por Lourenço Filho no ano de 1947. Cabe ressaltar que foi no período do governo Juscelino Kubitschek (JK) que a educação de jovens e adultos adquiriu grande importância. Via-se a educação de jovens e adultos como uma sustentação política dos grupos no poder, além de promoção da qualificação da força de trabalho que era fundamental ao processo de industrialização na década de 50.

Atualmente, as políticas educacionais devem ser revistas, repensadas, ou seja, ter uma ressignificação, na busca de uma equiparidade e justiça social, para que a educação de jovens e adultos seja vista de fato como um fator essencial na contribuição do desenvolvimento econômico e conseqüentemente diminuir a desigualdade social visível da clientela dessa modalidade de ensino. Gomes, (2018). A EJA precisa ser pensada como uma política pública de justiça social e racial, que vá além da certificação e se comprometa com a valorização das identidades e das histórias dos sujeitos que a constituem para que a educação se torne um processo contínuo de transformação social, esse pensamento de Gomes, traz ressignificação ao que tange reformulação das políticas públicas em EJA.

3.1.3. EJA: Desafios e Oportunidades

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino com uma complexidade e especialidades individuais que envolve além das questões educacionais e exige do professor um olhar crítico e empático, com seus estudantes, pois o público da EJA não volta à escola só em busca de serem alfabetizados, mas voltam em busca de uma educação crítica e que seja capaz de transformar seu contexto social, que os ajudem a compreender a lidar com as mudanças que ocorrem no mundo e principalmente desenvolver competências e habilidades para área profissional.

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem-número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. (Di Pierro; Joia; Ribeiro, 2001, p. 58)

A necessidade de uma educação com aprendizado significativo, não só com a função reparativa, mas sim qualitativo, torna-se essencial para garantia da educação para todos. A educação de jovens e adultos para Freire é uma educação onde a conscientização é ponto principal, é o ensinar com significado. A educação é um processo que não se limita apenas a uma atividade, aos livros ou ao caderno. É um desafio diário com inúmeras possibilidades e responsabilidades, suficientes para mudar a realidade em que o jovem ou adulto estar inserido. A cada reflexão novos sonhos são formados, conseqüentemente novas histórias de vidas são construídas (Alves;

Silva, 2021). Nessa direção, Queiroz (2025) amplia a discussão ao abordar a EJA como possibilidade de reconstrução do saber e das trajetórias educacionais mesmo em contextos marcados por restrições e exclusões, reafirmando seu potencial formativo e social.

Nesse sentido, Freire afirma que os sujeitos que estão na EJA são pessoas com demandas por uma educação que precisa estar vinculada a um projeto que entenda as necessidades humanas e sociais (Freire, 2005). Ademais, as identidades coletivas e individuais desses sujeitos devem estar presentes no currículo, nas propostas pedagógicas destinadas para essa modalidade de ensino (Freire, 2005; Rodrigues, 2022). Trata-se de uma modalidade que dialoga com os princípios da escola popular e democrática defendidos por Paulo Freire (2001), ao reconhecer a educação como ato político e de conhecimento que deve observar as identidades coletivas e individuais do público dessa modalidade de ensino. Essa compreensão encontra aproximação em Martin et al. (2025), que relacionam as práticas pedagógicas da EJA ao reconhecimento das diferenças, das relações étnico-raciais e das experiências sociais dos educandos, situando inclusão e justiça social como dimensões indissociáveis do processo educativo.

A EJA tem especificidades é uma modalidade de ensino como afirma Silva (2021), com características próprias que perpassam pelo currículo, material didático, tempos, espaços e avaliação condizente com a realidade do estudante da EJA, levando em consideração as trajetórias de vidas as experiências dessas pessoas que retornam à escola para aprender, concretizar objetivos e sonhos que antes foram deixados para trás por inúmeros fatores que os distanciaram do processo educacional.

Para garantir o sucesso desse processo na escola, cabe ao educador, repensar seu fazer pedagógico no que se refere a estimular a aprendizagem por meio da valorização do conhecimento de mundo, da história de vida que trazem para sala de aula, enquanto processo dialógico e emancipatório, pois conforme destacado por Onofre e Silva (2008), essa é uma clientela formada por jovens e adultos que carregam consigo as marcas da exclusão social. Contudo, são sujeitos com experiências de vida.” os sujeitos da EJA são diversos: trabalhadores, aposentados, jovens empregados e em busca do primeiro emprego, pessoas com necessidades especiais” (Souza,2011).

Consoante a esse pensamento, para Guarnieri:

É no processo [...] de aprender a ensinar que conhecimentos vão sendo construídos, adquiridos, tendo em vista que a perspectiva do pensamento do professor volta-se para a possibilidade de buscar fundamentos para uma epistemologia da prática a partir do que pensam e fazem os professores ao ensinar. Esta perspectiva investigativa entende que o professor é protagonista de seu trabalho e como tal, reflete, analisa, interpreta, teoriza sobre o seu fazer, aprende com o próprio ensino formulando conhecimentos sobre o seu trabalho (Guarnieri, 2000).

Nesse sentido, Ceccon e Feitosa, (2021) cabe ao professor fazer essa relação entre o que se ensina e o que se aprende, levando em consideração as vivências, conhecimentos prévios, currículo oculto, e a realidade em que o aluno está inserido, com práticas do cotidiano,

pois o universo do trabalho está muito presente no público-alvo da EJA, e muitos buscam a alfabetização para melhorar suas perspectivas profissionais (Ceccon; Feitosa, 2021). Nesse sentido, os desafios de conciliar estudo e trabalho não são fáceis, mas são necessários para reduzir as desigualdades sociais e garantir o direito constitucional à educação para todos (Santos et al., 2022).

A importância do tema aumenta com o crescimento do número de jovens e adultos fora da escola e das desigualdades no acesso à educação, especialmente entre pessoas de baixa renda, da zona rural e de comunidades marginalizadas (BRASIL, 2021). Em 1963, Paulo Freire já via na alfabetização de Jovens e Adultos uma forma de promover transformação social. No município de Angicos - RN, ele coordenou um projeto que alfabetizou 300 adultos em 45 dias, utilizando uma metodologia baseada no diálogo, reflexão e conscientização. Essa experiência se tornou um marco na história da EJA, mostrando o poder transformador da educação em contextos de vulnerabilidade (FREIRE, 2024).

Para Ceccon e Feitosa (2021), o universo do trabalho está muito presente no público-alvo da EJA, muitos até procuram a alfabetização para terem melhores perspectivas nos seus empregos. Neste sentido, os desafios do ato de estudar e trabalhar ao mesmo tempo não é tarefa fácil, entretanto necessária para diminuir as diferenças sociais, além disso, garantir a equidade diante do direito constitucional de educação para todos.

Santos et al. (2022) destacam que a importância do tema cresce com o aumento de jovens e adultos fora da escola e das desigualdades educacionais, especialmente entre populações vulneráveis de baixa

renda, da zona rural e de comunidades marginalizadas (BRASIL, 2021)

Paulo Freire, Paulo Freire, em 1963, já defendia a alfabetização de jovens e adultos como um meio de promover mudanças sociais significativas. No município de Angicos - RN, ele liderou um projeto que alfabetizou 300 adultos em 45 dias, utilizando uma abordagem baseada no diálogo, reflexão e conscientização (FREIRE, 2024). Essa experiência se tornou um marco na história da EJA, demonstrando o potencial transformador da educação em contextos vulneráveis.

A EJA é uma modalidade complexa, pois envolve estudantes com necessidades diversas, incluindo variações de idade (acima de 30 anos), contextos sociais e históricos escolares distintos, com predominância de mulheres e pessoas de baixa renda (Silva, 2022). Esses estudantes enfrentam desafios como distorção idade-série, evasão escolar e dificuldades com metodologias de ensino (Pereira et al., 2020). Compreender esses fatores é essencial para aprimorar políticas públicas e práticas pedagógicas, visando garantir acesso, permanência e sucesso escolar. Nesse processo, a organização pedagógica e a gestão não podem ser tratadas separadamente. Garcia et al. (2025) destacam o papel da coordenação pedagógica na construção de práticas democráticas de gestão, aspecto que, no contexto da EJA, favorece a articulação entre acompanhamento dos estudantes, participação e planejamento das respostas educacionais.

A EJA surge como uma política educacional destinada a reparar trajetórias escolares interrompidas e garantir o direito à educação para pessoas que foram excluídas da escola na infância devido a fatores sociais, econômicos e históricos. Essa modalidade deve ser

entendida como um instrumento de reparação, justiça social e reconhecimento de sujeitos historicamente marginalizados. Freire (1993) afirmando os seres humanos como seres transformadores capazes de adaptaram-se a concretude para melhor operar. Logo, políticas públicas reparadoras se faz necessário. Além disso, é fundamental reconhecer que a EJA é influenciada por questões de raça, etnia, gênero e desigualdades étnico-raciais, que se entrelaçam com as questões de classe social.

Desse modo, a educação de jovens e adultos é entendida como uma ação política, uma modalidade de ensino que surgiu em um contexto de luta e resistência. Trata-se de uma proposta de aprendizagem em que os educandos são convidados a conhecer o mundo da escrita e da leitura, visando um processo de ensino aprendizagem libertador e autônomo. Essa é a concepção defendida por Paulo Freire (2005) e compartilhada por muitos educadores, que lutam para que seja implementada. Nessa perspectiva, estratégias baseadas no diálogo e na participação podem contribuir para aproximar a prática pedagógica das experiências dos educandos. Dias e Guerra (2026), ao discutirem o World Café como estratégia dialógica e colaborativa, oferecem uma contribuição metodológica que pode ser aproximada da EJA justamente pela valorização da escuta, da circulação de experiências e da construção compartilhada do conhecimento.

Garantir a diversidade e às especificidades do público da EJA é fundamental e deve ser apoiado por políticas públicas que superem os desafios existentes. Já dizia Paulo Freire que, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela a sociedade tampouco muda”. Freire (1988, p. 33). Freire reafirma a necessidade de corresponsabilidade da sociedade no que tange educação para

mudança do contexto em que vive, porque a transformação social exige a ação conjunta da educação com participação sociais e políticas, como luta por direitos e a união das pessoas em prol de um bem comum.

Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, no seu art. 205. A educação é:

Art. 205 – A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Reforçando-se a esta norma, a referida Carta Magna, preleciona em seu art. 227, que:

Art. 227 – a família, a sociedade e do Estado assegurem à criança, ao adolescente ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, (...)

3.2. Garantia e Permanência dos Jovens na Escola

A ausência de políticas públicas eficazes é um fator crucial que contribui para a desistência dos alunos. A falta de investimento é um dos principais desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), comprometendo a reintegração desses indivíduos na escola e na sociedade. A implementação efetiva das políticas

públicas, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, é fundamental para garantir o direito desses alunos à educação e à permanência na escola.

Fukui (1983) ressalta a responsabilidade da escola afirmando que:

O fenômeno da evasão, longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, reflete a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade (Fukui, 1983, p. 34).

Nesse sentido, a garantia e permanência dos jovens na escola emerge políticas públicas, programas suplementares, e um ambiente escolar seguro e acolhedor. Freitas (2018), afirma que para garantir que os jovens permaneçam na escola, é essencial adotar estratégias, entre elas, articulações de apoio socioemocional, flexibilidade curricular e incentivos financeiros como, programas de alimentação e transporte, busca ativa de alunos em risco de abandono, apoio pedagógico, acolhimento de alunos e familiares, e atenção à saúde mental para combater os inúmeros fatores que levam o jovem ou adulto a desistir dos estudos.

Constata-se que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil se originou muito mais como produto para o combate da miséria social do que como desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida de grande parte da população brasileira, que acabam por interferir no aproveitamento da escolaridade na época apropriada. (Haddad,

1994). Diante do exposto, pode se afirmar que a garantia a permanência dos jovens e adultos no hábito escolar não é tarefa fácil, mais que se faz mister políticas públicas que promova a permanência dessa clientela estudantil no âmbito escolar, mas também possibilitar formação continuada para professores dessa modalidade de ensino de modo que possam possibilitar ações e estratégias pedagógicas que sejam eficazes no processo ensino aprendizagem, como metodologia ativas, abordagens educacionais inovadoras, estratégias eficazes de interação, e envolventes e técnicas de ensino inovadoras de ensino. Outro fator, refere-se a prática ações pedagógicas no combate à evasão da EJA, pois não basta o ato de ensinar, mais qualificar o processo ensino aprendizagem observando a realidade dos alunos.

Para Libâneo (2001), “a qualidade do ensino depende, em grande parte, do trabalho do professor, de sua formação, de suas condições de trabalho e de sua motivação”.

Portanto, cabe ao professor da EJA, conhecer uma proposta inovadora e motivadora onde as disciplinas sejam integradas que valoriza a bagagem de conhecimento de cada aluno. Assim, de acordo com Freire (1996) há que existir interação pedagógica, “por que não se deveria estabelecer certa intimidade entre ação dos saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos”.

Neste entendimento, Neves (2010) define que a motivação pode ser: [...] um conjunto de processos de ativação e persistência do comportamento. Ser motivado é estar inspirado para uma ação específica, é ter iniciativa. O contrário, aquele que não possui tais características, é considerado desmotivado. No contexto ensino aprendizagem, a motivação é o fator interno que impulsiona o aluno para estudar, iniciar os trabalhos e perseverar neles até o fim.

Nesse sentido, em questão, os alunos jovens e adultos, que vêm de rotinas exaustivas de trabalho, funções domésticas, cansaço diário, que demanda do professor/educador ficar atento a necessidades destes alunos e buscar a atenção para a construção do conhecimento, além de desenvolver habilidades necessárias, ou seja, usar metodologias que busquem elevar a participação dos estudantes, sua atenção e motivação.

Nessa perspectiva, as metodologias ativas são fundamentais para EJA por tornarem o aprendizado mais significativo e engajador. Como dizia Moran: "As metodologias ativas são estratégias de ensino que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, tornando-o protagonista da sua própria aprendizagem." (Bacich; Moran, 2018). Assim, valorizando a experiência de vida e a realidade do aluno, que geralmente é trabalhador e enfrenta o cansaço diário e práticas pedagógicas interativas evita sonolência e motiva a aprendizagem significativa.

Ressaltar a importância da - Sala de Aula Invertida: "A sala de aula invertida é uma abordagem de ensino que inverte a ordem

tradicional da aula, com os alunos aprendendo o conteúdo em casa e realizando atividades em sala de aula." (Bernard; 2015).

Ademais, a gamificação é também de suma importância para EJA, pois torna aprendizagem mais eficaz, e possibilita o engajamento e motivação dos alunos ao interagir com seus pares através de jogos de pontuação, desafios e recompensas. (Silva; Oliveira,2022)

Cabe ressaltar que a gamificação além de garantir uma aprendizagem prazerosa e significativa, possibilitar a fixação do conteúdo, e desenvolvimento socioemocionais, além do incentivo a jovens e adultos permanecer no âmbito escolar. Fonseca, afirma que: "A gamificação é uma estratégia de ensino que utiliza elementos de jogos para motivar e engajar os alunos na aprendizagem." (Fonseca, 2018).

a aplicação de estratégias ramificadas permite explorar habilidades socioemocionais, como colaboração, resiliência e pensamento crítico, que são fundamentais para o desenvolvimento integral do estudante.

Mori (2018), a gamificação é uma estratégia que aplica mecanismos e dinâmicas de jogos para engajar pessoas, motivando-as, de forma prazerosa a resolver situação problemas e consequentemente desenvolver habilidades de aprendizagem. promover aprendizado e resolver problemas.

Ainda nessa perspectiva, Ramos e Araújo (2024) destacam que as ferramentas tecnológicas, são fundamentais para promover um ensino mais atrativo e envolvente, além preparar os alunos para desafios futuros, como aplicativos e ambientes virtuais de

aprendizagem, pois a gamificação, permiti maior interação entre os alunos e personalização das atividades.

Oliveira, Pinto e Sousa (2024) destacam a eficiência de plataformas integram elementos de gamificação com recursos educacionais interativos. Conforme apontado pelos autores, as plataformas aumentam a eficiência da aprendizagem, pois as plataformas gamificadas são projetadas para integrar jogos educacionais, portanto, motivam os usuários a permanecerem engajados e progredir de forma autônoma, Moran (2018), também afirma a necessidade de estratégias inovadoras: "A implementação de estratégias pedagógicas inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos e a gamificação, pode contribuir para aumentar a motivação e a participação dos alunos da EJA, favorecendo a sua permanência na escola". Propor metodologias de ensino que dialoguem com a realidade e o cotidiano dos alunos, valorizando seus saberes possibilita a permanência de Jovens e Adultos na escola diante da consciência do ato de aprender para mudar o contexto em que está inserido.

Constata-se, portanto, que as peculiaridades dos alunos do ensino na EJA, requer realizar uma adequação aos interesses deste público, visando uma efetiva busca pelo crescimento e desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal. Logo, percebe-se a necessidade de ações pedagógicas voltadas a garantir a permanência e interagir o educando no processo ensino aprendizagem.

- Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP): "A ABP é uma abordagem de ensino que envolve os alunos em projetos reais e significativos, promovendo a aprendizagem ativa e a resolução de problemas." (Markham et al., 2008). Os projetos por sua vez, são

essenciais na modalidade de ensino de Jovens e Adultos, na finalidade de tornar a aprendizagem mais significativa e conectada com a realidade desse público promovendo habilidades que desenvolve o senso crítico e resolução de problemas.

3.2.1. Desafios Enfrentados Pelos Jovens para Permanecer na Escola

A EJA atende a um público heterogêneo, com destaque para alunos entre 30 e 50 anos, sendo a maioria composta por mulheres (Silva, 2022). A maioria dos estudantes vem de regiões periféricas ou rurais, com características socioeconômicas vulneráveis e, em sua maioria, pessoas negras ou pardas, o que evidencia a relevância da modalidade para a promoção da equidade educacional em um país com desigualdades raciais marcantes (Santos et al., 2022).

Nesse contexto, percebe-se que a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada pela interrupção dos estudos em um determinado período letivo, resultando na não conclusão da Educação Básica. Fatores como a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento familiar, desinteresse pela escola e dificuldades de aprendizado são apontados como contribuintes para essa evasão (Ceratti, 2008).

Segundo Arroyo (1997), a evasão escolar é influenciada por fatores relacionados à escola, família, professores e alunos. Para reverter essa situação, é essencial que as escolas sejam capazes de receber e formar jovens e adultos provenientes de contextos desiguais, oferecendo um espaço de aprendizado atraente e motivador que viabilize a permanência dos discentes desta modalidade nas salas de aula. O acesso à educação favorece aos adultos vivenciar novas

experiências e tornasse importante também pelo valor que a escola passa aos jovens e adultos transcendendo a mera aquisição do conhecimento RIBEIRO, (2001). Entretanto, fatores externos a escola, faz com que jovens e adultos abandonem a escola.

Percebe-se na fala de Ribeiro, que são inúmeros os fatores que levam jovens e adultos a desistência de seu estudo, e que são fatores externos a escola, logo, se faz necessário analisar as principais razões pelas quais a clientela da modalidade de ensino EJA fracassam na escola, pois, evadem-se antes mesmo de concluírem o ensino. Diante do exposto, é necessário pensar em estratégias e busca de políticas públicas eficazes para amenizar a desigualdade social., de modo que são identificadas as principais barreiras socioeconômicas e emocionais

Nesse sentido, Patto (1996) afirma que é necessário estudar o fracasso e aprender com os erros e falhas escolar em diversas perspectivas analíticas, para entender o porquê da persistência do insucesso escolar. Em seus estudos, surgiram teorias que tentaram apresentar alguns determinantes sociais, como as condições de desiguais referente as circunstâncias sociais, como indicativo a inferioridade de pobres e negros, cujas características os tornavam os únicos que não poderiam se desenvolver e, conseqüentemente, não obter êxito escolar.

Alguns fatores que distanciam jovens e adultos do processo educacional:

Estudantes pretos e pardos têm duas vezes mais propensão a deixar a escola do que os estudantes brancos. (UNICEF,2019).

Em 2023, das 9 milhões de pessoas que não completaram o Ensino Médio no Brasil, 71,6% eram pretas e pardas. Entre brancos, a porcentagem foi de 27,4%. (PNAD continua, 2023).

A área de exatas concentra algumas das principais desigualdades entre meninos e meninas, o que pode ser explicado pela reprodução de estereótipos de gênero na escola. Os meninos apresentam um desempenho 41,8 pontos maior do que as meninas em matemática. 24,3 pontos de vantagens em Ciências da Natureza. (Estudo do Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares do UFMG, a partir de dados de Povo Brasil entre 2006 e 2013).

Estudantes negros no último ano do Ensino Fundamental sofre, mais violência do que estudantes brancos na mesma série. (Losch, 2019).

Corroborando a esses fatos, Carvalho, (2020) afirma que, entre negros, pobres, e meninas, a evasão escolar é agravada por barreiras socioeconômicas e preconceitos estruturais, que limitam o acesso à educação de qualidade e reforçam ciclos de desigualdade. (Carvalho, 2020) Ainda nesse viés, cabe ressaltar que ao preconceito de classe social e de gênero, podem influenciar na não permanência, especialmente para jovens e mulheres. Para Arroyo, (2005), "as mulheres que estudam na EJA enfrentam preconceitos e machismo, pois, historicamente, a sociedade brasileira foi construída sob a ótica patriarcal, que impõe papéis sociais rígidos para homens e mulheres".

Nesse sentido, Souza afirma que: "As mulheres que retornam à escola na EJA enfrentam o desafio de conciliar os estudos com as responsabilidades familiares e profissionais, o que é agravado pelo

preconceito e machismo presentes na sociedade." (Souza, 2012). Logo, o machismo e o preconceito são problemas sociais que afetam a todos, incluindo os alunos e professores da EJA. É fundamental criar um ambiente escolar inclusivo e respeitoso, onde todos possam se sentir seguros e valorizados.

Assim, a inserção e permanência de jovens e adultos na Educação de Jovens e adultos (EJA) ainda é um desafio crítico no Brasil.

- Taxas de evasão. Cerca de 60% dos matriculados ainda abandonam antes de concluir o ensino fundamental I (INEP, Censo Escolar 2020)
- Fatores principais: Trabalho informal, baixa renda, falta de tempo, currículos descontextualizados, transporte precário e pouca oferta de turmas noturnas (SILVA:LIMA, 2023)
- Impacto social: A não conclusão compromete a empregabilidade, renda e perpetua desigualdades (RIBEIRO:SANTOS,2022)

Outro fator que dificulta a permanência dos alunos dessa modalidade de ensino no ambiente escolar, é a relação entre atividade laboral e o desempenho escolar, levando o aluno a abandonar ou desistir dos seus estudos. Nesse modo, Oliveira (2015) "A relação entre a atividade laboral e o desenvolvimento escolar é fundamental para os alunos da EJA, pois o trabalho é uma dimensão importante da vida desses sujeitos e pode influenciar diretamente na sua trajetória escolar".

Somando a essa afirmativa, Freitas (2018) "A articulação entre o trabalho e a escola é fundamental para os alunos da EJA, pois

permite que eles relacionem os conhecimentos adquiridos no trabalho com os conteúdos escolares, tornando a aprendizagem mais significativa".

Conclui-se, portanto, que, são inúmeros fatores que levam jovens e adultos a não inserção, ao abandono, evasão ou não permanência no sistema educacional entre eles, o preconceito etário, o preconceito de gênero, o machismo, a falta de relação do currículo com as atividades laborais, entre outros. Fatores esses que precisam ser estudados e se faz mister pensar em políticas públicas de inclusão social além de perceber o impacto da gestão democrática e de uma equipe escolar engajada na redução da evasão.

São vários os fatores que podem contribuir com a permanência de jovens e adultos no âmbito escolar. Nesse sentido, Di Pierro afirma que:

A permanência dos jovens e adultos na escola depende da articulação entre política de assistência, currículo flexível e práticas pedagógicas que valorizem as experiências de vida dos estudantes, garantindo sentido ao aprendizado e reduzindo a evasão. (Di pierro, 2005, p.112)

Nesse sentido, Mantoan (2006), afirma que "a inclusão é um processo que envolve a transformação da escola e da sala de aula, para que todos os alunos se sintam valorizados e respeitados".

Corroborando essa lógica de ideias, Freire (1996), afirma que compete também aos alunos respeitar as diferenças e promover igualdade e inclusão social. Diz que "o aluno pode valorizar as

diferenças e promover a igualdade e a inclusão ao respeitar e apreciar as opiniões e experiências dos outros, ao se engajar em discussões e atividades que promovam a diversidade e a inclusão, e ao se comprometer a ser um agente de mudança em sua comunidade".

A valorização e respeito as diferenças é um conceito fundamental na educação, pois promove a inclusão, a equidade e a criatividade. Segundo Freire (1996, p. 32), "a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade; a assunção de novas posturas diante do mundo". Cabe a escola e sociedade brasileira buscar soluções reais para combater fatores que tiram do próximo o direito constitucional a educação.

3.2.2. Papel do Professor Diante da Inserção e Permanência de Jovens e Adultos no Âmbito Escolar.

O ensino profissional desempenha um papel fundamental na motivação dos alunos em sua futura empregabilidade. Segundo Kuenzer (2005), "o ensino profissional é uma modalidade de ensino que visa preparar os alunos para o mundo do trabalho, desenvolvendo competências e habilidades necessárias para a inserção no mercado de trabalho".

Nesse pensamento, Kuenzer (2005) menciona a importância da educação profissional, por ser fundamental para a formação de trabalhadores qualificados e por atender às demandas do mercado de trabalho. Cabe ao ministro da educação, gestão escolar, professores e família motivar e inserção dos jovens e adultos afim de que haja uma sociedade mais justa e igualitária.

Ademais, a figura do professor é de suma importância quanto motivador do processo ensino aprendizagem, utilizando estratégias de ensino motivadoras, fazer busca ativa e incentivar os alunos quanto a vida profissional e empregabilidade. Segundo Gatti (2010), "o professor é um agente fundamental na busca ativa dos alunos, estimulando-os a permanecer na escola e a buscar seus objetivos".

Tabia (2003), fortalece esse pensamento, a afirmar que a motivação se torna essencial para a permanência dos alunos na escola, e enfatiza que o professor desempenha um papel importante em motivá-los.

Somando a ideia, Freitas (2012), diz que a busca ativa é uma estratégia importante para identificar e atender às necessidades dos alunos, e o professor deve estar preparado para lidar com essas necessidades".

Referente a estratégias pedagógicas, Souza (2012) recomenda que se faz necessário pensar sobre as estratégias pedagógicas de modo que seja perceptível às necessidades específicas dos jovens e adultos, considerando sua trajetória de vida e conhecimentos prévios.

Nessa mesma linha de raciocínio, Rogers (1983) diz que o professor tem o papel de facilitador do processo ensino aprendizagem, além de possibilitar um ambiente de apoio e motivação para os alunos.

Prosseguindo essa lógica de pensamento, Nunes afirma que interação entre docente e discente é essencial para a permanência dos alunos na escola, e o professor deve estar capacitado para saber lidar e desenvolver habilidades emocionais e sociais dos alunos (Nunes, 2008).

Ademais, cabe também a escola como um todo, fortalecer o senso de pertencimento e capacidade de planejamento de futuro para os jovens. Conforme Freitas,

"A escola tem a responsabilidade de criar um ambiente que promova o senso de pertencimento e a capacidade de planejamento para o futuro dos jovens da EJA, reconhecendo a importância da educação como um direito e um meio de transformação social" (Freitas, 2012, p. 56).

Arroyo (2005), em seus pressupostos, afirma que a escola pode fortalecer o senso de pertencimento e a capacidade de planejamento de futuro para os jovens. E que a escola deve ser um espaço de construção de identidade e de projetos de vida, assim, os jovens da EJA, possam se considerar valorizados e motivados de tal forma que busquem planejar o futuro.

Outra perspectiva que também é de extrema importância para permanência dos jovens e adultos no sistema educacional e a questão do vínculo afetivo com os professores. Nunes evidencia que relação afetiva entre professores e alunos é um fator importante para a motivação e a permanência dos alunos na escola, especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades sociais e econômicas" (Nunes, 2008).

Corroborando a esse pensamento, Tardif (2002), sustenta que "os vínculos afetivos com os professores são fundamentais para a permanência dos alunos na escola, pois criam um ambiente de

apoio e motivação que favorece a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal".

3.2.3. Metodologias para Garantir a Permanência dos Jovens na Escola: Tecnologia e Currículo Flexível

As tecnologias e o currículo flexível podem ser fundamentais para atender às necessidades específicas dos alunos da EJA. Nesse sentido, Moran ratifica que "a incorporação de tecnologias no currículo da EJA pode ser uma estratégia importante para aumentar a motivação e a participação dos alunos, além de prepará-los para o mundo digital" (Moran, 2013, p. 56). Enfatiza, portanto a implementação de tecnologias melhor viabiliza o processo ensino aprendizagem.

Confirmando esse pensamento, Bacich (2015), solidifica que "A tecnologia pode ser uma ferramenta importante para a personalização do ensino e a adaptação do currículo às necessidades individuais dos alunos da EJA" (Bacich, 2015, p. 123). Atestando essa tese, Silvia (2016), "A tecnologia pode ser uma ferramenta importante para a inclusão digital e a redução das desigualdades sociais, especialmente para os alunos da EJA" (Silva, 2016, p. 45).

Além disso, acrescenta-se a importância do currículo flexível para melhor desempenho escolar. Segundo Freire, "O currículo flexível é fundamental para atender às necessidades específicas dos alunos da EJA, permitindo que eles possam aprender de acordo com seus interesses e ritmos" (Freitas, 2012, p. 78).

Arroyo (2005), também valida essa opinião "O currículo flexível deve ser construído de forma colaborativa, envolvendo professores, alunos

e a comunidade, para garantir que atenda às necessidades e interesses dos alunos da EJA".

Segundo Sacristan (2000), "O currículo flexível é uma proposta que visa atender às necessidades e interesses dos alunos, permitindo que eles possam aprender de forma mais autônoma e significativa".

Em resumo, um currículo flexível é fundamental para a EJA porque permite que os alunos possam aprender de forma mais eficaz, motivadora e relevante para suas vidas e objetivos profissionais. Além disso, é indubitável que a qualidade de ensino não depende somente do currículo flexível, mas, da infraestrutura, do acolhimento, e principalmente, do bom trabalho do professor. Para isso, se faz mister formação continuada para saber lidar com esse público estudantil, além de possibilitar estratégias inovadoras e motivadoras.

Para Libânio (2001), "a qualidade do ensino depende, em grande parte, do trabalho do professor, de sua formação, de suas condições de trabalho e de sua motivação".

Para combater o abandono ou evasão escolar, se faz mister políticas públicas e formação continuada para professores dessa modalidade de ensino, além de estratégias pedagógicas e de gestão para melhor desempenho escolar.

Sobre políticas públicas temos a afirmativa de Gatti (2010), "As políticas públicas são fundamentais para garantir a educação como um direito fundamental e universal, e devem ser orientadas para a promoção da equidade, da justiça social e da inclusão". Políticas públicas são de extrema importância e urgência a modalidade de ensino EJA, para Silvia (2020):

1. Garantia de recursos: As políticas públicas garantem a alocação de recursos financeiros e humanos necessários para a implementação de programas e projetos de EJA.
2. Definição de diretrizes: As políticas públicas estabelecem diretrizes claras para a EJA, garantindo que os programas sejam coerentes e eficazes.
3. Acompanhamento e avaliação: As políticas públicas permitem o acompanhamento e a avaliação dos programas de EJA, identificando áreas de melhoria e ajustando as estratégias.

Observa-se ainda que, às afirmações de Silvia, (2021) ratifica que não compete apenas ao professor motivar os alunos da EJA, mas também a Gestão Escolar através de:

1. Liderança: A gestão escolar motivada é fundamental para liderar a equipe de professores e funcionários, criando um ambiente de trabalho positivo e produtivo.
2. Apoio aos professores: A gestão escolar motivada fornece apoio aos professores, ajudando-os a desenvolver suas habilidades e a superar desafios.
3. Comunicação com a comunidade: A gestão escolar motivada estabelece uma comunicação eficaz com a comunidade, envolvendo pais e responsáveis no processo de educação dos alunos.
4. Flexibilidade e adaptabilidade: A gestão escolar motivada é capaz de adaptar-se às necessidades específicas dos alunos da

EJA, criando um ambiente de aprendizagem flexível e acolhedor.

Nessa linha de pensamento, Leithwood (2009), afirma que "A gestão escolar tem um papel fundamental na motivação dos alunos, criando um ambiente de aprendizagem positivo e apoiando os professores em suas práticas pedagógicas". Contudo, teremos Impacto visíveis na Permanência da EJA. Impacta positivamente a qualidade do ensino, desenvolve habilidades emocionais e cognitivas, além de elevar a motivação dos alunos para continuidade dos estudos. Assim, segundo o (INEP,2022), a permanência na Educação de Jovens e Adultos possibilita:

1. Melhoria da qualidade do ensino: A combinação de políticas públicas eficazes e gestão escolar motivada leva a uma melhoria da qualidade do ensino, tornando a EJA mais atraente e eficaz para os alunos.
2. Aumento da motivação dos alunos: A gestão escolar motivada e as políticas públicas eficazes criam um ambiente de aprendizagem positivo, aumentando a motivação dos alunos e reduzindo a evasão.
3. Desenvolvimento de habilidades: A EJA de qualidade, apoiada por políticas públicas e gestão escolar motivada, ajuda os alunos a desenvolver habilidades e competências necessárias para o mercado de trabalho e a vida.

Em resumo, percebe-se que o INEP, mostra que as políticas públicas e a motivação da gestão escolar são fundamentais para a permanência e o sucesso dos alunos da EJA, garantindo que eles

tenham acesso a uma educação de qualidade e possam alcançar seus objetivos.

Portanto, segundo Ribeiro (2022), “A permanência dos jovens e adultos na EJA depende da articulação entre políticas de assistência social, currículo relevante e formação docente, conforme defendem estudiosos que veem a educação como direito e não privilégio.” (RIBEIRO:SANTOS,2022).

Outro fator que contribui para permanência dos jovens e adultos no âmbito escolar é a escuta ativa e empatia, por ser fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por sua vez, ocupa um lugar central nesse processo. Freire afirma que escutar é mais do que ouvir: é acolher, legitimar, considerar o outro como sujeito. A escuta ativa do educador e da educadora promove um processo de ensino aprendizagem mais significativo e contextualizado. Freire (2020) também ressalta que a escuta sensível do professor pode revelar questões profundas que atravessam o silêncio: medos, inseguranças, vivências de fracasso escolar.

Freire, ainda menciona que o espaço de fala e escuta a sala de aula de EJA é fundamental para troca de experiências, o envolvimento e o compromisso com protagonismo das próprias aprendizagens, permitindo que os estudantes assumam seus saberes e os compreendam como interação para convivência (FREIRE 2020)

Outro fator importante fundamentado nas afirmações de Freire (2020) o planejar aulas na EJA, deve ressignificar-se a partir da vida concreta dos estudantes, valorizar seus saberes e transformar o cotidiano em conteúdo. Além disso, refletir sobre o para que planejar, para quem e qual o significado de planejar aulas

conectadas à linguagem viva das pessoas, ao trabalho, à cultura e às práticas sociais dos sujeitos da EJA.

Freire (2020) fortalece suas afirmações com a citação “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” - no livro “A importância do ato de ler” onde a experiência de vida vai tomando uma nova ressignificação no processo ensino aprendizagem Segundo Freire (2020), os sujeitos da EJA, na perspectiva teórica, são protagonistas da autonomia e da esperança que valoriza a dignidade do ato de ensinar e do ato de aprender , destacando a importância dos saberes dos educandos, por trazer consigo uma bagagem rica de vivências, histórias e formas próprias de usar a linguagem e o conhecimento, construindo -se como sujeitos com saberes e experiências valiosas para o processo de ensino- aprendizagem.

Nesse viés, Kleiman (1995), diz que muitos dos estudantes, em suas lutas diárias pela vida e sem domínio fluente das habilidades de leitura e escrita convencionais, desenvolvem a oralidade de forma autodidata, com foco na sobrevivência, criatividade e arte. Nesse processo, pautam mais sentidos, especialmente a memória e a audição, para se orientar na sociedade letrada da qual fazem parte.

Santos,(2006), afirma sobre exclusão social no Brasil, que quase todos estamos inseridos em contextos urbanos barulhentos, urbanizados violentamente pela força de êxodos rurais baseados na fuga da pobreza, devido à falta de políticas públicas que favoreçam a maioria dos brasileiros em situação de miséria e de negação dos direitos básicos, busca-se melhores condições de vida, entretanto, a falta de acesso à educação de qualidade se torna um fator que contribui para marginalização de grupos sociais no Brasil, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

Autores como Freire (2020), e Kleiman (1995), mostram que a valorização do conhecimento prévio dos estudantes e ampliando seu repertório, é fundamental integrar teoria e prática, cotidiano e estética, vida e literatura. Dessa forma, trabalharmos a linguagem de maneira integrada, crítica e transformadora promovendo a conscientização e a transformação social.

Tanto Freire (2020), quanto Vigotski (2007), afirmam que os educadores precisam desenvolver uma consciência crítica, atuando como mediadores do processo de aprendizagem, facilitando a interação social e fundamentada no pensamento de Vigotski, na promoção da zona de desenvolvimento proximal dos estudantes.

Para Moran, (2012) o professor, como mediador, ajuda os estudantes a desenvolverem uma compreensão mais profunda dos conceitos, relacionando-os a sua realidade e experiências prévias. Destacando a importância da mediação da aprendizagem significativa e contextualizada. Afirma ainda que, a mediação é essencial para que os estudantes desenvolvam habilidades de comunicação, colaboração e resolução de problemas, preparando-os para uma sociedade complexa e em constante mudança.

Logo, Moran, (2012) enfatiza que a mediação eficaz do professor também envolve a criação de um ambiente de aprendizagem colaborativo e inclusivo, onde os estudantes se sintam motivados a participar, compartilhar ideias e aprender uns com os outros, ou seja, o professor quanto mediador do conhecimento é fundamental na promoção da aprendizagem significativa e na formação de cidadãos críticos e participativos.

Em consonância ao pensamento de Moran, temos a afirmativa de Castells, (2012) onde a economia do conhecimento é realidade na sociedade atual, e a mediação do professor deve ser orientada para ajudar os estudantes a desenvolver habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas, preparando-os para uma vida de aprendizagem contínua e adaptação as mudanças.

Em decorrência disso, Gadotti, (2013), enfatiza a necessidade de políticas públicas para educação de jovens e adultos, de forma que devem ser desenhadas com a participação ativa dos sujeitos envolvidos, considerando suas necessidades, expectativas e contexto específicos, para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa pertence à abordagem qualitativa, que permite compreender percepções e experiências dos sujeitos da EJA. Nesse sentido, Severino, se refere ao estudo preocupado com as questões ordem do conhecimento amplo no trato da sua elaboração, de natureza social” que neste caso no que tange a garantia, inserção e permanência dos jovens e adultos no âmbito escolar. SEVERINO(2007)

O Tipo de pesquisa é a bibliográfica, conforme se refere o mesmo autor é “um estudo em cima da visão das referências teóricas que mencionamos ao estudo, sistematizando o tema na discussão. A estes são oferecidas questões diversas” buscando compreender os significados reflexões e contextos da EJA.

A pesquisa bibliográfica se constitui analítica e descritiva, que aprofunda fontes já existentes, investiga as causas da não permanência e evasão escolar dos jovens e Adultos, investigando

relações e explicações fundamentadas nos argumentos dos autores renomados como Paulo Freire, Arroyo, Haddad, entre outros, que consolidam questionamentos e estudos sobre a modalidade de ensino para Jovens e Adultos. O estudo deixa reflexões significativas que possam contribuir para a compreensão da inserção e permanência dos jovens e adultos no ambiente escolar levando em consideração suas vivências, conhecimentos prévios e relação do conhecimento com as práticas vividas em seu cotidiano para melhor adequação na vida profissional. De acordo com Gil (2010), permite “estudar as características de um grupo ou os elementos que caracterizam um determinado fenômeno”, assim, os resultados da pesquisa poderão ser utilizados como norte para repensar políticas públicas eficazes que fortaleçam e garantam a qualidade de ensino da modalidade direcionada aos jovens e adultos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo de estudo que tem ganhado destaque nos últimos anos, especialmente no contexto da necessidade de políticas públicas e ações governamentais voltadas para a redução das desigualdades sociais e educacionais

Entre os autores estudados, destaca-se Paulo Freire(2020), referência na Educação de Jovens e Adultos(EJA), que enfatiza a importância da conscientização e da autonomia no processo de ensino aprendizagem, Moacir Gadotti(2013) destaca a importância da EJA como ferramenta fundamental para reparação das perdas e desigualdades históricas que afetam a clientela dessa modalidade de ensino,Di Pierro(2010),atende a importância das políticas públicas na promoção da EJA e na redução das desigualdades educacionais

no Brasil, entres outros que corroboram com a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir o direito a educação para jovens e adultos especialmente aqueles que foram excluídos do sistema educacional.

Outros autores também convergem ao afirmar que a persistência de desigualdade raciais, econômicas e de gênero (como maiores taxas de evasão escolar entre negros, pardos, pobres e meninas) evidencia uma estrutura de injustiça sistêmica. Argumentam a necessidade de políticas públicas par garantia da equidade, além de defender a abordagem integrada e crítica da linguagem, conhecimentos prévios e da educação. Arroyo (2005), Haddad (2000), Kleiman (1995), entre outros.

Os autores supracitados, compartilham uma visão comum sobre a importância da educação de jovens e adultos, mas há algumas divergências e ênfases diferentes em suas obras, pois concordam que a educação de jovens e adultos é fundamental para a inclusão social e a redução das desigualdades, compartilham também a ideia de que a educação deve se rum processo de conscientização e transformação social, e não apenas um meio de transmissão e conhecimento, entretanto divergem:

Paulo Freire: enfatiza a importância da educação popular e da conscientização política como meio de libertação dos oprimidos.

Maria Clara Di Pierro: destaca a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir o direito a educação de jovens e adultos.

Miguel Arroyo: ressalta a importância de reconhecer a experiência e a história de vida dos jovens e dos adultos como base para educação.

Sergio Haddad: enfatiza a necessidade de jovens e adultos que seja inclusiva e equitativa. Os demais autores corroboram com visão comum sobre a necessidade de políticas públicas para essa modalidade de ensino.

Percebe-se em seus argumentos, que são lacunas da educação de Jovens e adultos que tendem a se aprofundar, perpetuando ciclos que contribuem para desigualdade social e exclusão. Portanto, a ação governamental com intervenções ativas a essa modalidade de ensino, é vista como indispensável para nivelar oportunidades, garantir direitos básicos e transformar a realidade de grupos históricos marginalizados. corroboram a necessidade de políticas públicas de equiparação

Outro achado que merece uma atenção especial, nesse estudo, foi a questão da evasão escolar vinculada a distorção idade-série, que são problemas recorrentes, gerado por uma distorção no ensino fundamental, afetando diretamente a continuidade e o sucesso dos estudantes.

A EJA é uma modalidade de ensino que precisa de um olhar diferenciando, os estudantes da EJA, são sujeitos com histórias de vida que chegam à escola em busca de ampliar seus horizontes, precisam ser reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, a escola 19 deve acolher e colocar à disposição uma educação libertadora, que ensine muito mais do que ler e escrever, uma escola que ensina para vida. (Freire, 2005).

Evidencia-se, portanto, uma necessidade de um currículo flexível, por ser fundamental para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) por várias razões:

não vem sendo tarefa fácil, uma vez que, a evasão escolar vem representando uma força contrária ao processo de desenvolvimento educacional da Educação Básica brasileira, pois alunos se evadem, fator esse que impede que eles completem sua formação educacional, limitando seu acesso a conhecimentos e habilidades essenciais

1. Atende às necessidades específicas: Os alunos da EJA têm necessidades e interesses específicos, que podem variar de acordo com sua idade, experiência de vida e objetivos profissionais. Um currículo flexível permite que essas necessidades sejam atendidas de forma mais eficaz.
2. Respeita os ritmos de aprendizagem: Os alunos da EJA têm ritmos de aprendizagem diferentes, e um currículo flexível permite que eles possam aprender de acordo com seu próprio ritmo.
3. Promove a motivação: Um currículo flexível pode ser mais motivador para os alunos da EJA, pois permite que eles possam escolher temas e atividades que sejam relevantes para suas vidas.
4. Prepara para o mundo do trabalho: O currículo flexível pode ser adaptado para atender às necessidades do mercado de trabalho, preparando os alunos da EJA para as demandas do mundo profissional.
5. Fortalece a autonomia: Um currículo flexível promove a autonomia dos alunos da EJA, permitindo que eles possam tomar decisões sobre sua própria aprendizagem e se tornem mais responsáveis por seu próprio desenvolvimento.

6. Inclui a experiência de vida: O currículo flexível pode incluir a experiência de vida dos alunos da EJA, tornando a aprendizagem mais significativa e relevante para suas vidas.

Ademais, as características dos educandos da modalidade de ensino Jovens e Adultos de fato, tem particularidades que influencia a inserção e permanência na escola, de maneira que requer uma atenção especial por políticas públicas eficazes de formação continuada de professores nessa modalidade de ensino, além de professores comprometidos com metodologias inovadoras de ensino, de modo que possibilitem o engajamento de um público-alvo com rotinas e cansaço diário. Constata-se com o estudo que a inserção e garantia da permanência da educação de Jovens e Adultos no Brasil não é tarefa fácil. O Brasil é um país de contrastes, muitos são os desafios e dentro deste contexto a EJA é uma modalidade de ensino que resiste pela força e compromisso que os educadores possuem. Trabalhar com a EJA é trabalhar com pessoas que já chegam à escola com uma história de vida, com conhecimentos que precisam fazer parte dos conteúdos trabalhados. Portanto, ainda há muito o que ser feito para garantir a inserção e permanência dos jovens e adultos no âmbito escolar. Se faz mister, políticas públicas eficazes e professores comprometidos com a aprendizagem significa.

Os resultados do presente estudo propuseram repensar e possibilitar políticas públicas voltadas a educação de jovens e adultos (EJA). Além de estudos mais aprofundado, na pretensão de que haja um olhar mais humanizado para esse público que não tiveram oportunidade de estudo na idade certa. Foi analisado os fatores pertinentes que levam jovens a adultos a não se ingressar nos estudos ou a desistir dos estudos, e foi constatado que na

maioria das vezes, registra-se questões socioeconômicos, entre outros fatores.

Igualmente, os fatores da evasão e não permanência dos jovens e adultos no âmbito escolar, buscou-se mostrar estratégias de ensino e alavancar questionamentos sobre uma política pública mais eficazes no que se refere educação de jovens e adultos, além disso, identificar multifacetadas de fatores que levam os jovens e adultos a evasão escolar ou a permanência escolar e qual o papel do professor e da comunidade escolar quanto a incentivos e busca ativa de pessoas que por algum motivo não concluíram seus estudos, do ensino fundamental ou ensino médio e, como possibilitar ferramentas educativas que possibilite a permanência dessa modalidade de ensino no âmbito escolar.

O objetivo desse trabalho, vai além de levantar questionamentos sobre a inserção e permanência escolar de jovens e adultos, traz contribuições acadêmicas no intuito de despertar a atenção de diversos atores sociais, como os próprios jovens e adultos, que precisam ser informados sobre oportunidades e impactos positivos que a educação e conhecimento traz em sua vida tanto pessoal e profissional, ou seja, nas situações problemas do cotidiano, como acesso ao um emprego com salários mais dignos. A comunidade escolar, gestores, professores e governantes, e comunidade em à sociedade em geral compreendam o verdadeiro valor do conhecimento e seus impactos na vida econômica, social e individual.

Assim, educadores, empresas e setores privado e tanto governo e seus ministros, tanto da educação quanto da economia devem investir na EJA, possibilitando formação aos professores, investindo

também na infraestrutura de escolas que tem a modalidade EJA, ou seja, garantir recursos e políticas públicas e que possa dar condições de acesso e permanência dos alunos da EJA no processo de aprendizagem para combater o analfabetismo e desigualdades sociais.

Perante esse exposto, observa-se a finalidade da EJA é de extrema importância para erradicação do analfabetismo e, sem sombra de dúvidas o combate à desigualdade social. Ratificando que a EJA não tem o papel apenas de mudar dados estatísticos, mas também de fortalecer o direito a educação e garantir a aprendizagem significativa

Portanto, pretende-se com esse trabalho, trazer reflexões e impulsionar tomadas de decisões e ações plausíveis de incentivo a educação de jovens e adultos e mostrar suas contribuições para promoção da igualdade e equidade tendo a educação como um meio de transformação social, uma vez que a educação possibilita a promoção da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades sociais

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto foi possível perceber os desafios da inserção e permanência dos jovens e adultos no âmbito escolar devido ao abandono e evasão escolar, relacionados a inúmeros fatores que compromete tanto a inserção quanto a permanência dos jovens que precisam se deparam com o cansaço e sono diante de da rotina árdua de trabalho diário.

A partir dessas posições assumidas na pesquisa sobre a dificuldade de inserção e permanência dos alunos da modalidade de ensino na

EJA, temos em vista também algumas sugestões no sentido de recomendar que seja implementado no sistema educacional de ensino, políticas públicas mais eficazes voltadas para essa modalidade, e a efetivação de formação continuada para professores da EJA, para que os mesmos possam refletir sobre sua prática e criar estratégias para modificar essa prática descontextualizada, respeitando as vivências desse público estudantil, levando em consideração além um currículo flexível com práticas de ensino que tenha relação com a laboralidade do estudante

Cabe ainda ressaltar a necessidade de uma melhor infraestrutura para modalidade de ensino EJA, e emerge a necessidade de investimento por parte das instituições mantenedoras do ensino, subsidiando materiais didáticos para que nos processos de educação possam ser criados ambientes estimuladores do processo da aquisição do conhecimento para garantir uma educação de qualidade, prevalecendo a equidade para os jovens e adultos.

É inquestionável que se precisa se fazer reconhecer a profunda exclusão social no país que está diretamente ligada à defasagem educacional de amplos segmentos da população, o que compromete o exercício pleno da cidadania e o acesso à vida produtiva com dignidade.

Nesse sentido, é visível que o reconhecimento de que a superação dessa realidade não se dará por meio de ações pontuais, mas sim por políticas públicas sistemáticas, integradas e de longo prazo, capazes de respeitar a integralidade e trajetória desse público estudantil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Nadja Rinelle oliveira de; FONTENELE, Inambê Sales; FREITAS, Ana Célia Sousa. **Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021.

ALVES, Heryson Raisthen Viana; SILVA, Fernanda Sheila Medeiros da; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. **As contribuições de Paulo Freire à EJA no Brasil. Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2021.

ARROYO, M. G. **Educação e exclusão: o que dizem as pesquisas?** In: ARROYO, M. G. (Org.). Da escola carente à escola cidadã. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARROYO, M. G. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos.** In: SOARES, Leôncio. (Org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica/ SECADMEC/UNESCO, 2006.

BACICH, L. **Educação híbrida: como inovar na sala de aula.** São Paulo: Penso, 2015.

BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018.

BERNARD, R. M. **Flipped classroom: uma abordagem inovadora para o ensino.** São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2022.** Brasília, DF, 2023.

Brasil. **Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, 2000.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016.** Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade a distância. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 fev. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira – (CF/88). Carta Magna,** arts. 205 e 227. 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de Jovens e Adultos:** uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio).** Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº1, de 05 de julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, 2000.

CARVALHO, Marília P. **Quem é negro, quem é pobre: um estudo sobre desigualdade racial e vulnerabilidade educacional.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2020.

CASTELLS, M.A. **sociedade em rede.** 10. ed. São Paulo; Paz e Terra, 2012.

CECCON, C.; FEITOSA, M. **Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem freiriana.** EAD FREIRIANA, 2021a.

CECCON, C.; FEITOSA, M. **Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem freiriana.** EAD FREIRIANA, 2021b.

CORDIOLLI, Marcos. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil.** Curitiba: Ibpex, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **“Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres de cor”.** *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Conferência Mundial sobre Educação para todos,** Jmtien, Tailândia, 1990.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.** Caderno Cedes, Campinas, SP, n. 55, p.

58-77. 2001.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Cadernos CEDES, Ano XXI**, n. 55, nov. 2001. FÁVERO, Osmar; RIVERO, José. Educação de jovens e adultos na América Latina: direito e desafio de todos. São Paulo: Moderna, 2009.

DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 27, n. 02, p. 321-337, dez. 2001. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022001000200009&lng=pt&nrm=iso. acessos em 05 nov. 2025.

DI PIERRO, Maria Clara. **Tradições e concepções de educação de jovens e adultos. Formação e práticas na educação de jovens e adultos.** Tradução. São Paulo: Ação Educativa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/b05b603d-43b84d7ab55e4774f1Tradi%20e%20conpec%20e%20B5es...%20%282017%28.pdf>. Acesso em: 12 no. 2025.

DIAS, L. M. N.; GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues. World Cafe como estratégia de formação docente: diálogos colaborativos e inovação. **Educação & Inovação**, [S. l.], v. 2, n. 16, 2026. DOI: 10.64326/educacao.v2i16.523. Disponível em: <https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/523>. Acesso em: 30 set. 2026.

EAD FREIRIANA. Curso como alfabetizar com Paulo Freire - Edição 2021. **Módulo 1, Videoaula 2 - Universo vocabular, palavra geradora e tema gerador como momentos da Leitura do Mundo.** Ministrada

por Carlos Rodrigues Brandão e Paulo Roberto Padilha. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2021a.

EAD FREIRIANA. **Curso como alfabetizar com Paulo Freire** - Edição 2021. Módulo 1, Videoaula 3 - **Leitura do Mundo: a conscientização como prática pedagógica e a politização do ato educativo**. Ministrada por Ângela Biz Antunes. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2021b.

FILHO, Marcos Roberto Fernandes; JESUS, Edna Maria de. **O Papel Da Modalidade De Ensino Educação De Jovens E Adultos - Nível Médio No Desenvolvimento Regional Do Estado De Goiás**. Educação & Inovação, [S. l.], v. 1, n. 18, 2025. DOI: 10.64326/educacao.v1i18.246. Disponível em: <https://www.educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/246>. Acesso em: 30 set. 2026.

FIRJAN SESI; PNUD. **Combate à evasão no Ensino Médio: desafios e oportunidades**. Disponível em <https://www.firjan.com.br/noticias/combate-a-evasaoescolar.htm>. acesso em nov.2025

FIRJAN, **Combate à evasão escolar: desafios e oportunidades**. Disponível em <https://www.firjan.com.br/noticias/combate-a-evasao-escolar.htm>. acesso em nov.2025

FONSECA, V. **Gamificação: uma abordagem lúdica para a educação**. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. 10 / 12
Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento - NC:
9714 - ISSN: 2448-0959 www.nucleodoconhecimento.com.br

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa,** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE. **A Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa.** 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p, 110-115, 2000.

FREITAS, L. C. de. **Educação de jovens e adultos: sujeitos, saberes e práticas.** São Paulo: Cortez, 2012.

FREITAS, L. C. **Formação de professores: condições e problemas.** **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 119-134, maio/ago. 2010.

FREITAS, L. C. **Permanência na escola: desafios e possibilidades.** **Educação & Sociedade**, Campinas, v.39: Cortez, jul./set. 2018.

FREITAS, L. C. **Trabalho e educação: a relação entre a atividade laboral e o desenvolvimento escolar dos alunos da EJA.** In: FREITAS, L. C. de (Org.). **Educação de jovens e adultos: sujeitos, saberes e práticas.** São Paulo: Cortez, 2018.

FUKUI (in BRANDÃO, Zaia et. al.). **O Estado da Arte da Pesquisa e Repetência no Ensino de 1º grau no Brasil.** In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicas, 1983.

GADOTT, M. **Educação de jovens e adultos; teoria, prática e proposta.** São Paulo, Cortez, 2011.

GADOTTI, M. **Educação popular e educação de jovens e adultos.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

GARCIA, Elizandra; SANTOS, Silanides Saraiva; MARCATO, Sueli Teodoro de Araújo; DUTTON, Luciana Pereira; ALVIM, Maria Lúcia Barbosa. **O Papel Do Coordenador Pedagógico Na Promoção De Uma Gestão Escolar Democrática: Desafios E Perspectivas Contemporâneas.** Educação & Inovação, [S. l.], v. 1, n. 4, 2025. DOI: 10.64326/educacao.v1i4.26. Disponível em: <https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/26>. Acesso em: 30 set. 2026.

GATTI, B.A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

Gil, A.C, **Como elaborar projetos de pesquisa**,5. ed. São Paulo; Atlas,2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de Educação, v.16 n. 47. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011, p. 333-361

GOMES, Maria Lúcia. Políticas Públicas em Educação de Jovens e Adultos; Desafios e Perspectiva. São Paulo: Editora UNESP,2018.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

IBGE_INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PNAD continua):Educação 2023.Rio de Janeiro:IBGE,2014.Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em :11dez.2025.

KLEIMAN, A. B. **Histórico da proposta de (auto)formação: confronto e ajustes de perspectivas**. In: KLEIMAN, A, B.; SIGNORINI, L. et al. **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

KLEMAN, A.B.(Org.); **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: mercado de Letras,1995.

KUENZER, A. Z. **Ensino profissional: uma abordagem crítica**. São Paulo: Cortez, 2005.

LEITHWOOD, K. **Quattro percorsi para melhorar o sucesso escolar.**
In: LEITHWOOD, K. (Org.). *Come i dirigenti scolastici influenzano gli apprendimenti degli studenti.* Milão: Franco Angeli, 2009

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2001.

LOPES, E. J.; AMORIM, R. M. (orgs.). **Paulo Freire: culturas, ética e subjetividades no ensinar e aprender.** João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARCONDES.F.K.et al A **puzzle used to teach the cardiac cycle.**
Advances in physiology educaion, Rockville, v.39, n.1, p.27-31,2015.

MARKHAM, T. et al. **Aprendizagem baseada em projetos: uma abordagem para o ensino e a aprendizagem.** São Paulo: Artmed, 2008.

MARTIN, Giuliano De; CAPAZ, Thiago de Alcântara; SANTOS , Robson Barroso dos; SANTOS, Ana Lucia Cavalcante dos; SILVA , Jarlson Carneiro Amorim da. **Educação De Jovens E Adultos: Fundamentos, Práticas Pedagógicas E Relações Étnico-Raciais Na Perspectiva Da Inclusão E Da Justiça Social.** Educação & Inovação, [S. l.], v. 1, n. 13, 2025. DOI: 10.64326/educacao.v13i1.166. Disponível em:
<https://www.educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/166>.

MENDES, Amanda Carla da Silva; SOARES, Francisco Danes; CAMARINHA, Jaquelline Barbosa; GOMES, Katiane Souza; MORAES,

Maria Isabel Coêlho. **Por Que As Escolas Perdem Alunos Sem Perceber? Escuta, Gestão E Permanência Escolar.** Educação & Inovação, [S. l.], v. 2, n. 5, 2026. DOI: 10.64326/educacao.v2i5.322. Disponível em: <https://www.educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/322>. Acesso em: 30 set. 2026.

MORAN, J. M. **Educação e tecnologias: reflexões e práticas.** São Paulo: Papirus, 2013.

MORAN, J.M.A **educação que desejamos :novos desafios e como chegar lá;**5. ed. São Paulo:Papirus,2012.

MORI, N. Gamificação: **como motivar usuários com experiencias de jogos.** **Revista Brasileira de Gestão de Negócios,** São Paulo, dez.2018

NEVES, E. R. C. **As orientações motivacionais e as crenças sobre inteligência, esforço e sorte dos alunos do Ensino Fundamental.** 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. **Construindo a nação: Liga Contra o Analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro.** 2005.Monografia(História)Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo.2025.

NUNES, C. A. **A relação professor-aluno: um estudo sobre a influência da afetividade na aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 87-100, jan./abr. 2008.

OLIVEIRA, B.:PINTO, C.D.:SOUZA, E.F. **Gamificação e eficiência em plataformas educacionais. Revista de Tecnologia e Educação.** São Paulo,2024

OLIVEIRA, M. A. de. **Trabalho e educação: a relação entre a atividade laboral e o desenvolvimento escolar dos alunos da EJA.** Revista Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 43-60, jul./dez. 2015.

ONOFRE, T. C.; SILVA, M.G. S. da. **Avaliação: inclusão ou exclusão na Educação de Jovens e Adultos.** In: LIMA, J. A. dá S.; SILVEIRA, S. A. D. dá; COSTA, M. A. (org.). **Gestão em Educação Comunitária no município de Boa Vista/RR.** Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948).Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601declaração-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em : 09 dez.2025.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1996

PILLETI, Claudino. **História da Educação.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

QUEIROZ, Clésia Carneiro da Silva Freire. **Eja Prisional — Ensino Entre Grades: A Utopia Possível Na Reinvenção Do Saber Recluso.** Educação & Inovação, [S. l.], v. 1, n. 14, 2025. DOI: 10.64326/educacao.v1i14.189. Disponível em: <https://www.educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/189>.

RAMOS, D. P.; ARAÚJO, F. R. de S. **Gamificação e motivação no aprendizado.**

RCMOS, 2024. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/486>. Acesso em: 17 nov. 2025.

RIBEIRO, A.M.; SANTOS, L.P. **Permanência e evasão na Educação de Jovens e Adultos: desafios e proposições.** Educação & Sociedade, Campinas 2022.

RIBEIRO, V.M.M. (Org.) **Educação para jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular.** Brasília: MEC, 2005

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SALVANI, C. A. **Garantia de permanência escolar.** In: MACHADO, L (org.). Educação e Inclusão. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

SANTOS, A. et al. **Educação de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas.** Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2022.

SANTOS, M. A **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SILVA, A. O. **Tecnologia e educação: reflexões e práticas.** São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, F. A. O. R.; SOARES, L.; DI PIERRO, M. C. **Da noite para o dia: escolas exclusivas de Educação de Jovens e Adultos entre o direito e a oferta.** Revista Educação, 50 (1), e90/1-27, 2025.

SILVA, Jaqueline Luzia da. **Desafios e pressupostos atuais da alfabetização na Educação de Jovens e Adultos.** Revista Brasileira de Alfabetização. Número 15, 2021.

SILVA, M.A, LIMA, R.C. **Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos :análise dos fatores de risco e estratégias de permanência.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo.2023

SILVA, Mariana; OLIVEIRA, João Pedro. **Gamificação na Educação de Jovens e Adultos; estratégias para engajamento.** São Paulo: Editora Moderna, 2022.

SILVIA, Ana Lúcia; OLIVEIRA, Marcos. **Políticas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA):garantia de recursos, definição de diretrizes e avaliação.** Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, São Paulo,2020.

SILVIA, Carla; MENDES Roberto. **Liderança escolar e apoio aos professores na EJA: comunicação e importância com a comunidade e a importância da flexibilização e adaptabilidade.** Revista Educação e Sociedade, Campinas,2021.

SMITH, A. **Education for diversity: Investing in systemic change through curriculum, textbooks, and teachers.** In: ROBERTS-

SOUZA, E. O.; REIS, R. **Juventudes na educação de jovens e adultos: Contradições entre suas conquistas como sujeitos de direitos e os silenciamentos nos espaços escolares.** Holos, v. 33, n. 3, p. 98-109, 2017.

SOUZA, M. A. de. **Educação de jovens e adultos: estratégias pedagógicas para a permanência.** Revista Brasileira de Educação,

Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 5368, set./dez. 2012

SOUZA, M. A. de. **Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, M. A. de. **Educação de Jovens e Adultos.** 2ª ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex x Dialógica, 2011.

SOUZA, M. A. de. **Mulheres na EJA: trajetórias de vida e de escolarização. Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 53-68, set./dez. 2012.

STANGE, Carlos Eduardo Bittencourt; SANTOS, Aparecido dos. **EJA: políticas públicas e educacionais no Brasil e avaliação.** Guarapuava: Premier/Unicentro, 2010.

TAMAROZZI, Edna; COSTA, Renato Pontes. **Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008, 204p.

TAPIA, J. **Motivação e aprendizagem.** São Paulo: Loyola, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO. Educação 2030: **Declaração de Incheon e Marco de Ação para implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.** 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por. Acesso em: 02 nov. 2025.

UNESCO. **Educação de Jovens e Adultos: rumo a uma agenda global de desenvolvimento.** Brasília, DF: UNESCO, 2021.

UNICEF. **Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro.** Brasília, DF: UNICEF, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicadosde-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-edesigualdade-se-agrava-na-pandemia>. Acesso em: 11 dez. 2025.

VIGOSTSKI, L.S. **A formação Social da Mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

¹ Mestre em Ciências da Educação Windows of Christy University. Florida Estados Unidos E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1937065733945884>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1419-0917>